



FREGUESIA DE PINHAL NOVO

ATA N.º 117

Aos doze dias de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia da Freguesia de Pinhal Novo, para uma Sessão Ordinária, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, conforme convocatória enviada a todos os membros, nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um - Informação do Presidente da Junta acerca da atividade da Freguesia, nos termos da alínea v), do n.º 1, do artigo 18.º, em conjugação com a alínea e), do n.º 2, do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro;

Ponto Dois – Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais.

Presidiu à sessão a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, Maria Helena Serafim, que saudou todos os eleitos e os fregueses, tendo sido secretariada pelo Sr. João Lobo Espalha, na qualidade de 1.º Secretário, e pela Sra. Helena Joaquim, na qualidade de 2ª Secretária, que procedeu de imediato à chamada. Das ausências confirmadas e justificadas, o Sr. Pedro Carvalho, da bancada da CDU, foi substituído pelo Sr. Manuel Neto, e a Sra. Joana Maia, da bancada da CDU, foi substituída pelo Sra. Teresa Finuras.

Antes de entrar no Período Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente da Mesa endereça, aos eleitos e à população, as mais sinceras desculpas pela não realização da Assembleia descentralizada. Afirma que este modelo de descentralização continua a ser um compromisso da Mesa, nomeadamente a partir da próxima sessão, mas que, por razões apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia à Mesa da Assembleia e aos eleitos, não foi possível a sua realização fora do Salão Nobre da Junta de Freguesia.

No Período Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao público, no qual dois fregueses utilizaram a palavra. O freguês Nuno Santos veio junto dos membros da Assembleia de Freguesia e do Executivo da Junta de Freguesia notificar que alguns dos espaços ajardinados na zona da Salgueirinha se encontram secos, tanto por falta de intervenção na manutenção, como por falta de rega, que afirma não haver há mais de 3 meses. Continua a sua intervenção afirmando que o reboque de carros abandonados abrandou consideravelmente, evidenciando que os carros a recolher com dístico continuam no local para ser rebocados, tanto aqueles que já não têm dístico, continuando abandonados, não são igualmente rebocados, causando um grande transtorno aos moradores. Por último, vem notificar de que existe uma anomalia a nível de tempo nos semáforos recentemente colocados junto ao posto da GNR, ou seja, o semáforo quando abre para as viaturas, continua ainda uns 10 segundos aberto para a passagem de peões, sendo que tal causa um perigo eminente para quem atravessa e circula na via, chegando a afirmar que não vê grande vantagem na colocação dos mesmos, uma vez que a nível de grande fluxo de trânsito a situação permanece igual. O freguês Nuno Santos, autorizado pela Sra. Presidente da Mesa, coloca umas questões em nome da freguesa Anabela Glórias, residente na Praceta João Coelho Possante. A freguesa notifica que não verifica a devida manutenção do corte de relva, que existe um aspersor estragado no sistema de rega e que desde que o portão da Escola Secundária passou para a Rua Prof. Henrique de Barros que passou a existir uma grande dificuldade no estacionamento das viaturas dos moradores, já para não falar da existência de viaturas abandonadas, que retiram lugares de estacionamento. Terminando o período de intervenções da população, intervém a freguesa Marina Teles, representando a Associação de Moradores Entre Ruas, felicitando a recente colocação de semáforos no cruzamento do Aceiro dos Arraiados, mas que é necessária uma estabilização dos tempos. Vem ainda pedir algumas informações relativamente ao asfaltamento do Aceiro do Marcolino, afirmando que já é do conhecimento dos moradores que já houve limpeza das bermas e um, possível, alargamento das vias devido aos



problemas rodoviários que têm sucedido com postes e muros. O Sr. Presidente da Junta, Manuel Lagarto, utilizando da palavra, começou por agradecer a presença de todos e, antes de responder às questões levantadas, endereça um pedido de desculpa a todos pela não realização da Assembleia descentralizada, reforçando que se tratou de um problema de disponibilidade do espaço que estava previsto e de logística, assumindo que a próxima reunião da Assembleia será efetivamente descentralizada. Respondendo ao freguês Nuno Santos, o Sr. Presidente da Junta afirma que a questão dos espaços ajardinados já aqui fora discutida e que a Junta de Freguesia já remeteu, por diversas vezes, o problema à Câmara Municipal, inclusive vários técnicos e trabalhadores da autarquia são notificados, diretamente, pela Junta de Freguesia, sem esta última ter de o fazer necessariamente. Quanto à questão das viaturas abandonadas, o Sr. Presidente da Junta afirmou que se vai informar junto da Câmara Municipal, chegando a reiterar que a determinada altura sabia da existência de um problema com a empresa de reboques, mas que neste momento não tem uma informação concreta, sendo que irá continuar a informar-se. Relativamente aos semáforos junto ao posto da GNR, o Sr. Presidente apontou a questão e afirmou que iria remeter aos serviços competentes da Câmara Municipal. Quanto às questões trazidas pelo freguês em nome da freguesia Anabela Glórias, o Sr. Presidente da Junta relembra que a manutenção dos espaços verdes é uma competência da Câmara Municipal de Palmela, e não da Junta de Freguesia, lembrando ainda que o terreno da Praceta João Coelho Possante foi adquirido pela Câmara, havendo um projeto para o espaço que permitirá a existência de mais lugares de estacionamento para os moradores. Por último e em resposta à freguesia Marina Teles, o Sr. Presidente relembra que no dia 21 de setembro haverá reunião de Orçamento Participativo e que se falará tanto do asfaltamento do Aceiro do Marcolino, tal como a possibilidade de se estender a solução para o Aceiro do Miranda, reiterando que será melhor altura para pedir quaisquer tipo de informações a este respeito.

Ainda dentro do Período Antes da Ordem do Dia, a Sra. Presidente da Mesa deu oportunidade para que os membros dos vários quadrantes políticos representados pudessem intervir, sendo que, pelo menos, um elemento de cada partido/movimento aproveitou o momento para questionar sobre alguns assuntos. O Sr. Paulo Bombaça, eleito pelo BE, veio questionar em que ponto de encontrava o estudo de trânsito, pedido pela Junta de Freguesia no início do mandato, e que conclusões do estudo existem, caso já tenha sido realizado. Vem notificar que, apesar de já se encontrarem devidamente pintadas, existem passeadeiras na vila que não se encontram devidamente sinalizadas. O Sr. Bruno Grazina, eleito pelo PS, afirmou que a não realização da Assembleia descentralizada aborreceu os eleitos do PS, mas que, de todo o modo, ficaram mais tranquilizados com o renovado compromisso de que a próxima Assembleia seja efetivamente descentralizada, mostrando toda a disponibilidade para ajudar caso haja algum tipo de problema ou dificuldade na preparação da mesma. Vem ainda congratular pela execução dos trabalhos de limpeza nas zonas de Entre Ruas, uma vez que ervas com mais de 1 metro de altura eram bastante visíveis e já causava um grande transtorno aos moradores e a quem por lá passava. Questiona, por fim, o Sr. Presidente da Junta para quando o início das obras no Jardim José Maria dos Santos. O Sr. Roberto Cortegano, eleito pela Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP, veio questionar sobre que tipo de soluções tem a Junta de Freguesia para a manutenção de Aceiros e Bermas na zona mais rural da freguesia, sendo que em certos sítios, como na Rua do Alentejo, a situação continua um pouco grave. Vem ainda questionar em que ponto estavam as negociações para a realização do Túnel na Rua do Alentejo e Rua Pedro Álvares Cabral e se o Sr. Presidente da Junta já tinha obtido mais alguma informação relativamente a este ponto. Por fim, alerta para o não cumprimento do Regimento da Assembleia de Freguesia no que concerne à publicitação e disponibilização da informação da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia no sítio da internet da Junta e redes sociais. O Sr. Jaime David, eleito pela CDU, veio, neste período, reiterar que a bancada da CDU não tem por prática faltar às promessas assumidas perante quem quer que seja, assumindo que o modelo das Assembleias descentralizadas continuará a ser um compromisso da CDU e que este modelo será colocado em prática o mais rapidamente possível. Vem



ainda questionar sobre a colocação de pinos em frente a uma casa recentemente recuperada na Rua General Humberto Delgado, uma vez que estes vieram retirar alguns lugares de estacionamento, numa rua que é cada vez mais movimentada e procurada para efeitos de estacionamento. O Sr. João Vieira, eleito pelo PS, vem referir que tem conhecimento de que, no cemitério do Terrim, não foram aprovados alguns projetos de campa com tampo inteiro, quando precisamente ao lado se encontravam campas com tampo inteiro, questionando se a Junta de Freguesia tem conhecimento da situação e se a mesma guarda os contactos dos cidadãos no caso de se verificar a disponibilidade para prosseguir com o projeto inicialmente pedido, o da campa com tampo inteiro. Vem ainda questionar se as deliberações gerais ao Plano de Pormenor ou de alteração ao Regulamento do Cemitério estão todas no sítio da internet da Junta e reforça que as atualizações são muito importantes, nomeadamente nesta matéria. Afirma que nas visitas feitas ao cemitério é importante verificar que junto às fontes de água é necessária uma intervenção, uma vez que a água acaba por escoar para o passeio e para estrada, causando transtorno tanto para os peões, como para os automobilistas. Por fim, vem alertar para um monte de entulho acumulado junto da entrada do cemitério, como quem vem do lado da Avenida dos Ferroviários, no sentido de que pudesse ser removido. O Sr. Presidente da Junta, no seu direito de resposta e relativamente às questões levantadas pelo Sr. Paulo Bombaça (BE), veio afirmar que o estudo já foi pedido à Câmara Municipal, mas que ainda nada em concreto foi transmitido à Junta de Freguesia, aguardando assim resposta por parte da entidade competente. No que concerne à pintura das passadeiras, estas foram intervencionadas no sentido de que se garantisse uma maior visibilidade das passadeiras, nomeadamente no período das chuvas de Inverno, sendo que houve um investimento de cerca de 40 000€ para as passadeiras na totalidade do concelho. A falta de sinalização é um facto preocupante pedindo ao eleito que o ajude a inventariar o número de situações que encontrou para que se possa remeter à Câmara Municipal. Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Bruno Grazina (PS), o Sr. Presidente da Junta vem afirmar que a limpeza de bermas e aceiros foi alvo de um procedimento de empreitada, devido ao sucedido com a maquinaria da Junta de Freguesia e daí o pequeno atraso na intervenção, mas que a intervenção está já em curso. No que toca à questão do Jardim José Maria dos Santos, o Sr. Presidente afirma que não tem nenhuma informação relevante de momento, mas que, provavelmente, não será ainda este ano que se iniciará a intervenção. Ainda assim, relembra que o projeto indica e nos mostra que a intervenção não será tão demorada e que irá informar-se junto da Câmara Municipal para aferir quando iniciarão as obras. O Sr. Presidente da Junta, relativamente às questões levantadas pelo Sr. Roberto Cortegano (Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP), remete desde logo a questão levantada sobre a limpeza de bermas e aceiros para a resposta dada anteriormente ao eleito Bruno Grazina e afirma que, quanto à passagem de linha férrea, já pediu informações à Câmara Municipal, mas que não obteve qualquer tipo de resposta. No que concerne às questões levantadas pela Sr. Jaime David (CDU), o Sr. Presidente da Junta afirma que os pinos colocados em frente a garagem na Rua General Humberto Delgado foram inicialmente pedidos à Junta de Freguesia que depois remeteu à Câmara Municipal, os quais foram autorizados pela mesma. Por fim, relativamente às questões suscitadas pelo Sr. João Vieira (PS), o Sr. Presidente da Junta reforça que é preciso desde logo perceber a existência de dois modelos, a campa com tampo inteiro e a campa sem tampo inteiro, e que foi aprovado em reunião que as campas até ao talhão 7 poderiam fazer campas com e sem tampo inteiro, mas que a partir do talhão 8 só seriam aprovados projetos apenas com o modelo de campa sem tampo inteiro. Devido às necessidades da Freguesia, foi decidido recentemente que na aquisição de covais, os fregueses que pretenderem poderão rever o modelo de campa que querem no mesmo, tendo de respeitar um dos dois modelos adotados na Freguesia. O Sr. Presidente afirma que os contactos e morados das pessoas são guardadas no momento da inscrição na Junta de Freguesia, podendo contactá-las a qualquer momento. Quanto à questão do escoamento e do entulho, o Sr. Presidente da Junta irá analisar e rever as questões em conjunto com o Executivo para que se possam solucionar esses problemas.



Findo este período de intervenções, a Sra. Presidente da Mesa deu conhecimento do expediente recebido.

Relativamente à ata da anterior Assembleia, a sua leitura foi dispensada, tendo havido duas propostas de alteração da bancada do BE e do PS. Levada a votação foi aprovada por unanimidade já com as alterações propostas, não tendo o Sr. João Vieira (PS) votado por não ter estado presente na anterior Assembleia.

Até ao início da Assembleia de Freguesia chegou uma moção tendo sido aceite por unanimidade. A bancada do PS apresentou a moção “Pela não utilização permanente de palhinhas e material plástico descartável nos serviços da Junta de Freguesia de Pinhal Novo”, que após a sua leitura foi submetida a discussão. Na discussão da mesma, o Sr. Miguel Raposo (CDU) vem afirmar que, apesar de esta ser uma questão que está na agenda política de alguns Governos e Orçamentos do Estado, a Junta de Freguesia já tem esta iniciativa, sendo importante a ideia de que a política ambiental é uma política de conjunto e não de um Governo ou de outro. O Sr. Júlio Fulgêncio (CDU) afirma que deveria ser proibido o uso do plástico, sendo completamente a favor desta moção, afirmando ainda que as pessoas acabarão por ser obrigadas a perceber que existem alternativas ao plástico. O Sr. João Vieira (PS) afirma que a iniciativa deve partir de todos os organismos públicos, indo ao encontro ao que referiu o Sr. Miguel Raposo. A Sra. Elsa Santana (MiM) parabeniza a moção, sendo que este é um tema global, e que individualmente temos de tomar iniciativa, nem que seja com o objetivo único de melhorar a vida das gerações futuras. Submetida a votação, a moção foi aprovada por unanimidade.

Iniciado o Período da Ordem de Trabalhos, a Sra. Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta que, após cumprimentar mais uma vez todos os presentes, cumpre o **Ponto Um – Informação da atividade da Junta de Freguesia** no período entre a última assembleia e a presente. Dada a possibilidade de intervenção dos membros da assembleia, interveio o Sr. Bruno Grazina (PS) que começa por sugerir que no documento de atividade da Junta de Freguesia se integre um ponto sobre a representação externa da mesma, nomeadamente relativamente a reuniões da ANAFRE ou da Assembleia Municipal, por exemplo, uma vez se de interesse geral o acompanhamento dos trabalhos da Junta externamente. Vem ainda notificar para o facto da insuficiente divulgação desta Assembleia para além dos locais de estilo, nomeadamente no sítio da internet e nas redes sociais da Junta de Freguesia, lembrado que a última publicação data de maio e a utilização das redes é cada vez mais importante no mundo em que vivemos. Acaba a sua intervenção parabenizando as reparações levadas a cabo nas escolas da freguesia, a tempo do início do ano letivo. O Sr. Roberto Cortegano (Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP) veio, à semelhança da anterior intervenção, pugnar pela atualização do sítio da Internet e das redes sociais da Junta de Freguesia, nomeadamente em questões como os programas de ação social que deveriam ser igualmente divulgados. O Sr. Paulo Bombaça (BE) notificou o Sr. Presidente da Junta que o piso da Praça da Independência se encontra pouco cuidado, havendo, inclusive, blocos levantados, questionando se está prevista alguma intervenção e afirmando que tal constitui perigo para quem circula no espaço. O Sr. Ricardo Lopes (PS) questiona de que forma se processam as parceiras mencionadas no documento, na área da Ação Social e Saúde, no que concerne à prestação de auxílio a famílias carenciadas e ao Banco Alimentar contra a Fome, nomeadamente qual a eficácia dessa prestação de ajuda e a quantas pessoas se consegue chegar. Relativamente à Oficina Domiciliária, vem questionar que tipo de divulgação tem sido feita nos últimos tempos e que tipo de serviços têm sido prestados. A Sra. Patrícia Caixinha (PS) veio questionar sobre a atividade da Junta na defesa do meio ambiente e sensibilização ambiental, mais precisamente a questão dos animais abandonados, se a Junta de Freguesia tomou alguma diligência nesse sentido desde a última vez que se debateu o assunto em Assembleia, inclusive foi enviado um e-mail à Junta de Freguesia no sentido de obter mais informações mas que do qual não se obteve qualquer resposta. O Sr. João Ferreira (PS) veio apelar à limpeza dos “tags”/“grafittis” que se encontram, nomeadamente, no busto do José Maria dos Santos, dando um aspeto descuidado e que continua por limpar. No seu direito de resposta, garantido pela Sra. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Junta



respondendo ao Sr. Bruno Grazina (PS) e ao Sr. Roberto Cortegano (Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP) agradece, desde logo, a sugestão avançada pelo Sr. Bruno Grazina quanto à participação externa da Junta de Freguesia e, já respondendo ao levantado por ambos, afirma que de momento não existe uma pessoa inteiramente dedicada à atualização do sítio da internet e das redes sociais, mas que se pretende arranjar uma solução. Quanto à questão do Sr. Paulo Bombaça (BE), o Sr. Presidente da Junta informa que haverá intervenção na Praça da Independência, especificamente nos sítios de maior passagem, agradecendo a atenção do eleito e notificação da situação. O Sr. Presidente da Junta, respondendo às questões levantadas pelos Sr. Ricardo Lopes (PS), afirma que uma vez que a Junta não consegue ter um orçamento significativo para prestar o suficiente auxílio prestado às famílias carenciadas acabou por procurar estabelecer parcerias com outras entidades, nomeadamente com o Banco Alimentar. O apoio é dado às pessoas que estão referenciadas pela Comissão Social de Freguesia, sendo o apoio dado em medicamentos ou alimentos, ou, por diversas vezes, na troca de óculos e lentes através de um acordo existente com uma ótica de Pinhal Novo. No que concerne à Oficina Domiciliária, o Sr. Presidente reitera que tem sido muito pouca a procura deste serviço e para as que a população possa usufruir do mesmo terá de preencher determinados requisitos e provar certas necessidades. Quanto às perguntas levantadas pela Sra. Patrícia Caixinha (PS), o Sr. Presidente da Junta afirma que a eleita ainda não obteve resposta por parte da Junta de Freguesia pelo facto de esta ser uma competência da Câmara Municipal, tendo já sido reenaminhado o e-mail do qual se espera uma resposta. Quanto ao levantamento da situação em Assembleia anterior, já foi comunicado ao veterinário da Câmara Municipal no sentido de lhe dar conhecimento dos vários polos de animais existentes. Relativamente ao pedido do Sr. João Ferreira (PS), o Sr. Presidente da Junta esclarece que a gestão do espaço público não é competência da Junta de Freguesia, mas sim da Câmara Municipal, sendo que o máximo que poderá fazer é alertar a Câmara para o efeito e para que a questão seja solucionada. A Sra. Presidente da Mesa concedeu ainda o direito de palavra à Sra. Patrícia Caixinha (PS) que referiu que os dados que constam dos relatórios da Assembleia Municipal não estão discriminados por freguesia, tendo assumido que a Junta de Freguesia teria os dados referentes à Freguesia de Pinhal Novo. Por último, o Sr. Júlio Fulgêncio (CDU) afirma estar muito menos preocupado, uma vez que a maioria das questões aqui levantadas se prendem com competências da Câmara Municipal e não com as da Junta de Freguesia, tirando a questão do sítio da internet e das redes sociais, afirmando que a atividade da Junta não acontece na internet, mas que está consciente da importância da mesma para algumas pessoas.

Passando para o **Ponto Dois - Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais**, a Sra. Presidente da Mesa dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta que faz uma breve explicação do que se trata a Lei-Quadro e do conjunto de riscos associados à mesma caso se aceite, imediatamente, a transferência de uma primeira tranche de competências. Colocado o ponto a discussão, tomou a palavra o Sr. Bruno Grazina (PS) afirmou analisar exaustivamente esta proposta avançada pelo Executivo, evidenciando que existem dados obtidos por outras instituições que não constam desta proposta, acusando que esta se baseia apenas ao que foi aprovado até agora na Lei-Quadro. O eleito teve acesso a um e-mail enviado em Agosto pelo Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios a todos os Presidentes de Câmara que evidenciava que o prazo previsto não seria eficaz sem a aprovação dos diplomas setoriais, sendo que, desta forma, não existia qualquer matéria objeto de deliberação – referindo também o despacho do Ministro da Administração Interna para todos os municípios a reiterar que a pronúncia ao documento não teria qualquer valor jurídico. Só após a provação dos diplomas setoriais é que haverá matéria para discutir e aí o Sr. Bruno Grazina afirma que teremos de reunir novamente, sendo a discussão e aprovação deste ponto desnecessária. Apelando para que a deliberação não seja tomada, confirma que a ANAFRE e ANM estiveram envolvidas no processo e foram ouvidas, tal como a comunicação que a DGAL enviou aos Presidentes de Câmara para não se pronunciarem. Assume que o processo de descentralização deveria ser realizado de forma invertida, no sentido de perguntar às



autarquias locais que competências queriam ver transferidas, tendo em conta a realidade da freguesia, sugerindo a criação de uma comissão para acompanhar os trabalhos da freguesia nesta matéria, para se poder perceber quanto e o que será necessário para se proceder à descentralização na nossa freguesia, sendo depois comunicável às entidades competentes. O Sr. Roberto Cortegano (Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP) avançou com uma tomada de posição do PSD que será anexada a esta ata. O Sr. Jaime David (CDU) veio sustentar que a lei se encontra mal construída no sentido de parecer que esta quer colocar a “carroça à frente dos bois”, pois a posição do Governo para que se assemelha à atribuição de competências conforme melhor lhe convém, um género de imposição às autarquias. Afirmou que a CDU já tomou posição e que, para haver essa transferência de competências, tem de haver uma necessária posição das freguesias. Veio criticar a postura do próprio Presidente da República, que tendo feito uma enorme crítica à lei, veio a promulgá-la, sendo que a sustentabilidade financeira, referida pelo próprio Presidente da República, é uma verdadeira preocupação nesta matéria. O Sr. Júlio Fulgêncio (CDU) afirmou não entender como é que o PSD se lembrou agora que existe regionalização e descentralização de competências, estando tantos anos adormecidos. Afirma ainda que existem coisas que não são discutíveis e que a fé é uma delas, isto é, que se acredita que tudo isto será muito bom, inclusive aquilo que é desconhecido e que se tal fosse assim tão bom, não estariam autarquias geridas pelo PS a estarem contra esta descentralização. Refere que não há nada que altere a lei que obriga as autarquias a dar uma resposta até dia 15 de setembro senão uma outra lei, e não havendo nada em contrário, iremos dar uma resposta política, pois não há de momento capacidade de maneira nenhuma para se receber estas transferências. O Sr. Paulo Bombaça (BE) refere que esta lei promove uma desresponsabilização do Estado na saúde, educação, e outras tantas áreas, e pela falta de conhecimento do diploma, o seu voto será favorável ao adiamento da transferência das competências. O Sr. Miguel Raposo (CDU) afirma que as leis estando aprovadas e não havendo mais nenhuma que diga o contrário nesta matéria, a lei obriga a Junta de Freguesia a dar resposta até dia 15 de setembro. Refere que, caso não respondamos até à data prevista, corremos o risco de que sejam transferidas competências sem que as tenhamos aceite – foi, inclusive, afirmado pelo próprio ministro, à comunicação social, que caso não seja dada qualquer resposta, que a lei é aplicada e haverá uma transferência de competências. Afirma que não podemos permitir uma desresponsabilização do Estado, sendo que se deveria ter já dialogado, ao longo de 30 anos, com os autarcas e aqueles que andam no terreno para que o produto final seja o mais favorável para a população. O Sr. Bruno Grazina (PS), em jeito de resposta às intervenções anteriores, afirma que, segundo o que foi dito pela bancada da CDU, o levaria a crer que a própria CDU não teria votado a favor da Constituição de 1976, sendo que se não existirem diplomas setoriais, apenas está publicado o tronco, não se podendo afirmar a existência de uma árvore. A lei que aqui se discute só vem definir as bases e para vigorar necessita da aprovação dos diplomas setoriais, não havendo, reforça que a votação terá de ser repetida quando estes forem aprovados. Vem ainda reforçar que não vê a existência de tanta indignação quando o dinheiro da Câmara Municipal não chega para a Freguesia de Pinhal Novo. O Sr. Roberto Cortegano (Coligação Palmela Mais – PPD.PSD/CDS-PP), em jeito de resposta à bancada da CDU, relembra que a Lei n.º 73/2013 foi criada pelo anterior Governo e que trouxe um avanço para a descentralização de competências. A Sra. Elsa Santana (MiM) afirma que este diploma prevê a descentralização de competências para as Autarquias Locais de forma gradual e que são os diplomas setoriais que definirão em concreto este processo de transferência de competências – estando no vazio, não há nada que se possa discutir. A questão importante é a de que a lei prevê expressamente um prazo para que as autarquias locais venham a dar uma resposta, ou seja, não é possível que a posição seja a de concordar com o desconhecido. O Sr. João Ferreira (PS) refere que teria de haver pronúncia até dia 15 de setembro se houvesse setoriais, não havendo, não há aplicação, não há matéria para nos pronunciarmos. Todas as outras questões são pertinentes, mas só de pois de se conhecerem os setoriais, sendo que até lá não há matéria para discussão. A Sra. Elsa Santana (MiM) afirma que a lei é clara e explícita, referindo que as autarquias que não pretendam uma transferência de competências para o ano de 2019 que comuniquem



à DGAL após prévia deliberação dos seus órgãos. Por fim, o Sr. João Lobo Espalha (CDU), alegando ter algum conhecimento na matéria, afirmou que a sua opinião converge com a já referida pela Sra. Elsa Santana e pelo Sr. Júlio Fulgêncio, no sentido de que há um prazo para dar uma resposta, independentemente de existirem ou não setoriais. Quando, e se existirem, já será tarde demais, uma vez que a Junta de Freguesia de Pinhal Novo não aceitou a transferência de competências para 2019. Refere que é verdade que se está a recusar o desconhecido, mas estamos continuamente a estudar as opções e à espera de algo concreto que nos permita afirmar que em 2020 até possamos estar preparados para uma possível transferência de competências. Até lá não estamos preparados e estaremos num contínuo estudo de forma a que, tanto a Junta de Freguesia, como a população pinhalnovense, não saia fragilizada com esta situação. Sem mais intervenções e colocado à votação pela Sra. Presidente da Mesa, o ponto foi aprovado com 13 votos a favor, das bancadas da CDU, BE, MiM e Coligação Palmela Mais - PPD.PSD/CDS-PP, com 2 abstenções, da bancada do PS, e com 3 votos contra, da bancada do PS. Após a votação foram realizadas três declarações de voto, uma pela bancada da CDU pelo Sr. Manuel Ribeiro e outra pela bancada do PS pela Sra. Patrícia Caixinha – sendo que estas duas serão anexadas à ata, e pelo Sr. Bruno Grazina (PS) em que afirma que, para além do ofício do Secretário Geral da ANM, da DGAL e do Ministro da Administração Interna enviados aos municípios em que se referiu que qualquer deliberação nesta matéria seria destituída de qualquer valor jurídico, alguns dos eleitos do PS decidiram votar contra a proposta apresentada. O debate sobre esta temática ainda decorre, sendo que para o PS a descentralização e a transferência de competências são fundamentais para a reforma do Estado e da Administração Pública, sendo imperativo político, jurídico-constitucional e programático, dando primazia às autarquias locais. Defendendo uma Administração Pública ágil, célere, desburocratizada e próxima dos cidadãos, o eleito afirma que infelizmente nem todos têm a mesma visão, mostrando o PCP e CDU acreditar em barreiras que não existem, quando o PS tenta superar dificuldades.

Antes de terminar a Assembleia, a pedido da Sra. Presidente da Mesa foi solicitada a aprovação deste ponto em minuta para que a deliberação pudesse ter efeitos imediatos. Lida a ata em minuta e reiterando que as intervenções virão discriminadas nesta ata, foi assim a ata em minuta aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e quarenta e nove minutos da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, 1.º Secretário, que a redigi e pela Sra. Presidente da Mesa da Assembleia para ser posta à discussão e votação na próxima Assembleia Ordinária a realizar.

Pinhal Novo, 12 de setembro de 2018

Presidente -

1.º Secretário –